Acervo ISA

9m 12/3/97 A-8 08

■ NACIONAL

Contradições marcam debate na Agenda 21

Iniciativas de setores da sociedade despertam esperança e a exposição de Boff, sobre desenvolvimento sustentável, causa perplexidade

por Washington Novaes
do Rio
Especial para a Gazeta Mercantil

Se o primeiro dia do workshop Agenda 21 Brasil: A Utopia Concreta deixou sensação de desconforto – pela dimensão dos problemas discutidos e pela falta de soluções próximas –, o segundo dia foi mais além, conseguiu gerar ao mesmo tempo perplexidade e esperança.

A esperança começou a brotar na exposição feita pela coordenadora da Redeh (Mulher e Meio Ambiente), Thais Corral, sobre 100 projetos reunidos pelo Ministério do Meio Ambiente, no País todo, e nos quais movimentos da sociedade e organizações não-governamentais tentam, por muitos caminhos, resolver em âmbito local problemas do ar e da água, da fauna e da flora, do lixo e da saúde, de conservação de energia e de pobreza, de políticas públicas e de educação ambiental. Projetos-referências, que precisariam ser difundidos pelo País todo, já que apontam caminhos em que a solidariedade e a criatividade suprem a precariedade dos recursos, quase sempre.

Também a pesquisa nacional sobre população e meio ambiente – já comentada na edição da última segunda-feira – despertou esperanças quanto à possibilidade de se chegar ao desenvolvimento sustentável, na medida em que mostra a sociedade à frente de governos, setores econômicos e até da comunicação em matéria de consciência ambiental. Feita pelo Iser e Ibope, a pesquisa mostra, entretanto, uma contradição: a sociedade não se enxerga a ela mesma, homens e mulheres, como natureza, não tem consciência de que somos feitos de água e minérios. Talvez devêssemos todos conhecer o Museu da Água, no Japão, onde o visitante tem de passar obrigatoriamente por uma esteira que faz aparecer num visor, à sua frente, o seu peso (quilos) e quanto dele é constituído de água. E imediatamente começa a jorrar água para dentro de um reservatório transparente, na proporção apontada no visor. Um homem de 75 quilos leva um susto ao ver diante de seus olhos, concretamente, a quantidade de água que há em seu corpo, uns 50 quilos. E provavelmente começa a pensar que, se não cuidar da qualidade da água, vai complicar seu corpo.

A secretária executiva do Ministério do Meio Ambiente, Aspásia Camargo, também falou de esperança, por ver renascer, nesse fórum, o que lhe parecia sepultado há algum tempo: a possibilidade de renascer o planejamento regional, capaz de atender a peculiaridades de cada micro ou macro-região, de cada município, de cada comunidade, de cada microbacia – em lugar de um planejamento centralizado, pasteurizador, homogeneizador, massacrante, estéril.

Acompanhou-a, na esperança, o pesquisador José Augusto Pádua, para quem a questão ambiental recoloca a questão dos valores; tão vilipendiada nos tempos globalizantes, onde "planejamento seria sinônimo de mundo real e valores seriam coisa de sonhadores". Os valores, disse ele, "têm de iluminar a racionalidade substantiva", gerar uma nova inteligência para orientar a vida no nosso País".

"A lei trata, como iguais, uma ONG internacional e uma associação de moradores de uma favela"

Sílvio Santana, da Fundação Esquel, seguiu nessa trilha da esperança, ao analisar o que está acontecendo na sociedade civil. "Estão emergindo organizações que representam interesses diferentes das que influenciaram até aqui, novos atores interferindo até mesmo na formulação de políticas públicas". Situação curiosa, ainda mais que "o Estado é liberal mas com práticas autoritárias" e "a relação com o Estado é o caos, pois a lógica é

Leonardo Boff

do clientelismo, do tráfico de influência – sem democracia, sem transparência". Mais complicado ainda, a lei "trata desiguais como se fossem iguais", uma ONG internacional da mesma forma que uma associação de moradores de uma pequena favela (e lembrando que 99% das mais de 200 mil entidades que pretendem representar a sociedade são ilegais).

Mesmo com tantas esperanças já em cena, ainda assim foi quase um susto a intervenção do teólogo Leonardo Boff, a quem cabia falar sobre "a governabilidade global e o combate à pobreza". Boff foi direto ao fundo, propondo que "temos de construir um novo paradigma civilizacional, fundado numa aliança entre o ser humano e a natureza". A globalização, a seu ver, está ainda "na idade de ferro", limitada às questões econômicas, é competitiva e "vitimatória".

É possível, entretanto, que a globalização caótica esteja criando um novo patamar de comunicação entre os seres humanos, que "supera o Estado-nação", para que tudo possa emergir – cada espécie, cada família, toda a diversidade. Seria a "emergência da noosfera", um novo patamar na história planetária, de que falava outro teólogo, Teillard de Chardin": "mentes e corações unificados num único planeta, a cidadania terrenal".

Nesse ponto, entretanto, Boff atirou de surpresa sua bomba: é preciso questionar até mesmo o conceito de desenvolvimento sustentável. Ele seria uma contradição em termos, pois desenvolvimento é um conceito linear, que vem da economia, "pensa em horizontes ilimitados, com voracidade crescente, acumulação permanente, é competitivo, não-cooperativo, produtor de exclusão, do fim do emprego". Por definição, seria insustentável.

Para chegar a esse ponto, Leonardo Boff – o teólogo que tantos confrontos já teve com sua Igreja Católica – retornou a um documento produzido por 24 detentores do Prêmio Nobel, há poucos anos, para alertar que, com as tendências atuais, a vida poderia se inviabilizar no planeta em menos de 40 anos.

E como produzir essa inflexão? "É preciso ressuscitar o sagrado, que impõe limites ao poder". E ressuscitar logo, diz Boff, citando o historiador Eric Hobsbawan, que, no seu mais recente livro traduzido no Brasil, afirma que os princípios que animaram os quatro últimos séculos "não servem mais". Ou mudamos ou perecemos; disse Boff. A decisão será nossa, como lembrou o recém-falecido astrofísico Carl Sagan: o futuro da Terra é uma decisão política; e se não mudarmos "conheceremos o destino dos dinossauros".

Mas seria indispensável – e aí Boff chegou ao centro da proposição perturbadora – uma crítica rigorosa do conceito de desenvolvimento sustentável, "para evitar a lógica implícita, que dá ênfase ao desenvolvimento – e não "a sociedade planetária e ao próprio planeta". Seria preciso inaugurar uma nova fase planetária da consciência, na qual estivessem abrangidas todas as espécies – todos os elementos.

Nesse novo tempo que seria possível construir, poderíamos até libertar-nos da necessidade de trabalhar, emergir do reino da necessidade, dedicar-nos à poesia, à arte, à música, viver numa sociedade não mais do trabalho, e sim do conhecimento (nesse ponto talvez Boff se choque com ambientalistas que recusam essa possibilidade – que chamam de "technological fix" – de as tecnologias tudo resolverem, até mesmo libertar-nos do trabalho).

"Desenvolvimento pensa em horizontes ilimitados, com voracidade crescente, é competitivo, não-cooperativo"

Sustentabilidade, acha Boff, é um conceito que vem da biologia, da ecologia, da física quântica, todos os seres vivos entrelaçados "em teias de interferências e relações cada ser só se sustenta e se relaciona". Porque, a seu ver, a lei básica do universo não é apenas a da competição darwinista – é a da cooperação (na mesma linha de Jean Paul Sartre, para quem a solidariedade não era um dever moral, era um fato – somos solidários com tudo e com todos, dependemos de tudo e de todos, influenciamos com nossos atos tudo o que existe – e por isso a liberdade tem limites) "a sustentabilidade vem do equilíbrio dinâmico de todas as forças que interagem".

Se é assim, precisamos criar "outra subjetividade humana, evocar arquétipos da solidariedade, da generosidade, da coooperação, para que todos os seres humanos se realizem – e não apenas sobrevivam ou trabalhem". Criar uma "ecologia espiritual, capaz de dialogar com o mistério do universo, capaz de libertar-nos da solidão e do antropocentrismo, capaz de fortalecer a ética da co-responsabilidade". Sem essa espiritualidade – aqui Boff citava, por estranho que pareça, Mikhail Gorbatchov – "não há garantia para a democracia".

Mais ainda, "é preciso ter um pé na favela e outro na academia, a cabeça pensar a partir do chão que os pés pisam" e, mais que tudo, "criar um novo espaço para o novo cooperativismo, que cria a cidadania global; criar um espaço que dê vazão à imensa virtualidade do ser humano – ele pode ser o messias de si mesmo, resgatar o meio ambiente e o planeta".

Mesmo para uma platéia em boa parte ambientalista e habituada a proposições alternativas, foi um choque. Resta ver o que se fará, nas próximas discussões, com o enigma proposto por Boff se desenvolvimento e sustentabilidade são uma contradição em termos, em que políticas públicas isso se pode traduzir? Como se vai trabalhar com proposições que caminhavam na certeza de que esse seria um objetivo dificílimo, mas factível?

Será interessante ver como se desenrolará esse conforto com a esfinge. E ainda lembrando que este workshop pretende preparar as posições que o Brasil defenderá em junho, na reunião de Nova York em que os chefes de Estado farão o balanço dos últimos cinco anos e proporão novos caminhos.

Será possível a utopia concreta que o workshop sugere em seu título?

Ação deve ser regionalizada

Planos municipais são revitalizados e incorporam questão ambiental

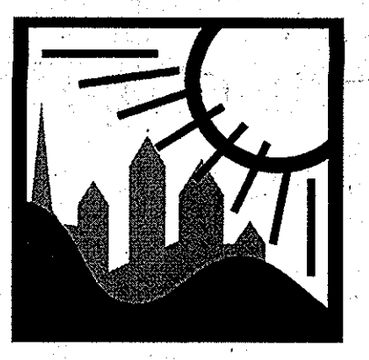
por Fátima Laranjeira
do Rio

As diretrizes da política ambiental urbana a ser adotada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) foram discutidas ontem no "workshop" Agenda 21 - A Utopia Concreta por vários especialistas em planejamento urbano e meio ambiente. Nos debates, os palestrantes apontaram a importância da regionalização das políticas ambientais e do novo papel a ser assumido pelos municípios na determinação dessas ações.

"Hoje 75% da população urbana vive em cidades e, se formos alocar prioridades pelo número de pessoas, as cidades serão com certeza uma delas", afirmou Haroldo Mattos Lemos, secretário de coordenação dos assuntos de meio ambiente do MMA.

Para a coordenadora do núcleo do meio ambiente do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam) os municípios estão passando a ser agentes de desenvolvimento, deixando a tradicional função de prestador de serviços e assumindo uma função mais ativa, inclusive na área ambiental. "O desafio das prefeituras é incorporar a dimensão ambiental porque é no município que acontece o fenômeno da degradação do meio ambiente", lembra.

Nessa mudança, os planos diretores municipais, que foram por muito tempo instrumentos meramente tecnocráticos, começam a ser revistos incorporando a variável ambiental e as preocupações com planejamento estratégico. "Além disso, a própria Agenda 21 traz em si uma noção de desenvolvimento sustentável, com a premissa da descentralização", afirma. Para ela, um dos aspectos mais positivos do fenômeno da globalização foi justamente a emergência das cidades com uma força antes não existente.



Na opinião do secretário da Indústria e Comércio do Estado do Rio, Márcio João Fortes, uma das evoluções da questão ambiental cinco anos após a realização da Rio 92 foi o fato de o tema deixar de ser meramente rural, incorporando a questão urbana e o homem urbano. "Mas ainda temos que integrar a questão humana e social, combatendo a predação e o subdesenvolvimento social e melhorando nossos indicadores humanos."

Andreas Nicochea, assessor da Habitat, organização das Nações Unidas para assentamentos humanos, contou que a agência incorporou apenas recentemente os temas da Agenda 21 em suas discussões, o que não havia sido feito até a conferência Habitat 2, em Istambul, no ano passado.

As metrópoles – que reúnem problemas ambientais mais sérios –, diz Nicochea, são fenômenos característicos dos países em desenvolvimento. "Elas têm imenso potencial de gerar emprego, mas também são grandes concentrações de pobreza, trazendo um enorme desafio ambiental em termos de saneamento e de serviços". Na sua visão, existem dois temas deixados de lado pelo planejamento urbano que afetam negativamente o meio ambiente urbano: transporte e espaços públicos.

O principal financiador de sistemas de transportes brasileiros, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), tem priorizado os projetos com impacto ambiental positivo, afirmou o Carlos Henrique Reis Malburg, do Departamento de Transportes Urbanos da instituição.

A visão da cidade como um meio ambiente urbano, no entanto, foi ironizada pela consultora do MMA e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Bertha Becker. "Deveríamos tentar desnaturalizar a cidade que é um ambiente construído pelo homem e cujo papel foi negligenciado no mundo contemporâneo, pois ela era vista como uma patologia do êxodo rural", lembra.

Técnicos pedem reutilização da água

por Daniela Caride
do Rio

O Banco Mundial (Bird) já alertou. Se os países em desenvolvimento continuarem desperdiçando água aos ritmos atuais, precisarão investir US$ 700 bilhões em obras e projetos hídricos nos próximos dez anos, somente para manter os padrões de qualidade de vida de hoje, já não considerados ideais.

A discussão de como fazer o reuso da água, a fim de proteger as atuais reservas mundiais de uma das commodities com mais perspectivas de se valorizar nos próximos anos esquentou os debates do "workshop" Agenda 21, Brasil - A Utopia Concreta. Foi o segundo dia de trabalhos, na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no Rio de Janeiro.

As estatísticas são preocupantes Segundo dados da Secretaria de Planejamento Urbano (Sepurb), serão necessários investimentos de R$ 2,7 bilhões anuais nos próximos quinze anos para resolver o problema de tratamento de água e de esgotos no País. Em 1996, foram investidos R$ 1,6 bilhão em obras de água e esgoto sanitário, equivalentes a 30% dos recursos disponíveis na época. "O problema é muito sério. "Faltam projetos e também capacidade de pagamento do governo", assegura a diretora de saneamento da Sepurb, Dilma Seli Pena Pereira.

Ela diz que o governo federal reservou R$ 7,5 bilhões para tratamento de esgotos no período de 1995 a 1998. O montante já inclui receitas provenientes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Mundial. O secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, Paulo Afonso Romano afirma que praticamente não há tratamento de águas no País, mesmo sendo "motivo número um de migração no mundo".

As soluções para o problema, mesmo citadas repetidas vezes em capítulos diferentes do documento mundial sobre Meio Ambiente "Agenda 21", elaborado durante a conferência mundial sobre Meio Ambiente, Rio 92, não conseguem sair do papel.

"É necessário institucionalizar o reuso da água no Brasil e abordá-lo no Plano Nacional de Recursos Hídricos", afirma o professor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Usp), Ivanildo Hespanhol. O processo é tido hoje como recurso mais eficaz para economia de água do País, assegura ele.

A Organização Mundial da Saúde, entretanto, faz hoje uma série de restrições à água reciclada destinada ao uso potável. Hoje somente os Estados Unidos colocam no mercado mundial mais de 300 produtos bioquímicos sintéticos diferentes ao ano, aumentando assustadoramente a probabilidade de contaminação dos usuários da água reciclada.